



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA - SR/PF/RO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

Processo nº 08475.001505/2023-11

Torna-se público que a União, por meio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia, em atendimento à racionalização de recursos, objetiva a prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho/RO, visando uma futura **LOCAÇÃO de imóvel, na modalidade *built to suit* (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial**, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede de sua Superintendência Regional (SR/PF/RO), **em imóvel adaptado ou a ser construído, área útil mínima construída de 7.022,62 m²** (sete mil e vinte e dois metros quadrados e sessenta e dois centímetros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), auditório, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área mínima de 9.000,00 m²** (nove mil metros quadrados), **por um período de 180 meses**, com toda infraestrutura pronta em situação de operação, por meio deste **CHAMAMENTO PÚBLICO**, conforme consta nos autos do processo 08475.001505/2023-11, nas condições abaixo especificadas.

Prazo das propostas: da divulgação até 20 /09 /2023 às 18:00h (horário de Brasília)

Data e horário da Sessão Virtual: 21 /09 /2023, às 15:00 horas (horário de Brasília) na plataforma TEAMS

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público objetiva a prospecção do mercado imobiliário em Porto Velho/RO, visando uma futura **LOCAÇÃO de imóvel, na modalidade *built to suit* (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial**, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), **em imóvel adaptado ou a ser construído, área útil mínima construída de 7.022,62 m²** (sete mil e vinte e dois metros quadrados e sessenta e dois centímetros quadrados), englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), auditório, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, **em um terreno com área mínima de 9.000,00 m²** (nove mil metros quadrados), **por um período de 180 meses**, mediante a coleta de manifestações de interesse que atendam aos requisitos mínimos especificados neste Edital e seus anexos.

1.2. Deverá ser ofertada proposta para ocupação em um único imóvel, que abrigará toda a população dimensionada e atendimento ao Programa de Necessidades, além das condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e anexos.

1.3. A proponente deverá deter capacidade econômico-financeira para a elaboração e aprovação de projetos e construção ou adaptação de prédio conforme previsto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, em qualquer caso, no prazo máximo de 12 (doze) e/ou 18 (dezoito) meses, quando se tratar de

imóvel construído a ser adaptado ou a construir, respectivamente, contados a partir da assinatura do Termo de Compromisso, com uma tolerância de 2 (dois) meses.

1.4. O presente edital não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas.

2. DO ACESSO AO EDITAL / ESCLARECIMENTOS

2.1. O Edital de Chamamento Público está disponível no sítio da Polícia Federal em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2023/rondonia> ou poderá ser solicitado para o endereço eletrônico cpl.sellog.srro@pf.gov.br.

2.2. Os esclarecimentos poderão ser solicitados para o endereço eletrônico cpl.sellog.srro@pf.gov.br.

3. DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar da disputa pessoas físicas ou jurídicas que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderão participar deste Chamamento:

3.2.1. Interessados que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação;

3.2.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo deste, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.4. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente chamamento público;

3.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.2 será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.

3.4. A vedação de que trata o item 3.2.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. Os atos formais realizados em nome dos participantes interessados deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital.

3.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

4. DO ENVIO, RECEBIMENTO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl.sellog.srro@pf.gov.br, a proposta de locação até às 18:00h, horário de Brasília de 20/09/2023 quando, então, encerrar-se-á a etapa de envio dessa documentação.

4.2. As propostas recebidas serão divulgadas por meio de sessão virtual, dia 21/09/2023, às 15:00 horas

(horário de Brasília), podendo o(s) proponente(s) participar(em) da mesma por acesso à plataforma Teams, mediante solicitação prévia para o endereço eletrônico cpl.selog.srro@pf.gov.br.

4.2.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura da sessão na data marcada, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.

4.3. Os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação até a data e horário previstos no item 4.1.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. De modo a permitir a análise das condições de oferta do mercado imobiliário local e sua adequação ao padrão exigido pela SR/PF/RO, os interessados deverão apresentar suas propostas conforme ANEXO IV.

5.2. A interessada deverá apresentar sua proposta fazendo constar as seguintes informações/documentos:

a) Descrição minuciosa do imóvel ou do terreno onde se pretende construir, contendo endereço completo e características urbanas, tais como: localização exata no município, facilidade e tipos de acesso, comércio ao redor, rede bancária, proximidade ao Centro Político Administrativo da cidade de Porto Velho, proximidade a outros órgãos públicos e demais dados relevantes;

b) Comprovante do endereço (cópia de IPTU, etc.);

c) Área construída (se for o caso) ou área passível de ser construída a fim de atender as especificidades da SR/PF/RO;

d) Área do terreno;

e) Valor da locação - por m² (metro quadrado), mensal, anual e total, já contabilizados todos os custos, inclusive o valor das *facilities* de manutenção predial, detalhado, em moeda corrente nacional;

f) Identificação do tipo de via e condições do logradouro (via duplicada, via de mão dupla ou não, tipo de pavimentação, etc.);

g) Se há ou não ofertas de vagas de estacionamento ao longo da via nas proximidades do imóvel ou terreno;

h) Disponibilidade próxima (indicar distância aproximada) de cabeamento em fibra ótica para acesso a rede de internet;

i) Descrição das instalações existentes (se for o caso) e das adaptações eventualmente propostas (civil, elétrica, climatização, elevadores, detecção e combate a incêndio, acessibilidade, controle de acesso, etc.);

j) No caso de existência de condomínio:

j.1) Explicitar os serviços oferecidos em relação à operação, segurança e itens que julgarem relevantes;

j.2) Valor mensal do condomínio, já contemplado na proposta.

k) Fotos do imóvel ou terreno, identificando fachadas, laterais, áreas internas e estacionamentos, folders e acessos, conforme o caso;

l) Apresentar Memorial Descritivo e desenhos/plantas contendo, no mínimo, a concepção arquitetônica a ser desenvolvida pelo interessado/locador, abordando obrigatoriamente estimativas de áreas destinadas às edificações, áreas de estacionamentos e pátio de veículos apreendidos, etc. de forma a comprovar as especificações do imóvel com os requisitos mínimos constantes no ANEXO I deste Edital;

m) O proponente declarará que:

m.1) está ciente e concorda com as condições deste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data

de sua entrega em definitivo, conforme modelo constante no ANEXO IV do edital;

m.2) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#), nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo constante no ANEXO IV do edital;

m.3) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme modelo constante no ANEXO IV do edital observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

m.4) a empresa não está sob pena de interdição temporária, conforme modelo constante no ANEXO IV do edital;

m.5) não existir qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a futura locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação.

n) Contatos de e-mail e telefone do proponente ou de seu representante legal, bem como do proprietário do imóvel caso não seja ele o proponente.

5.3. As propostas apresentadas/oferecidas através deste chamamento público, de imóveis já construídos ou a construir, deverão levar em conta todas as necessidades e características técnicas previstas no ANEXO I.

5.4. A proposta deverá indicar o prazo para a entrega das chaves, que deverá ser de até 12 (doze) ou 18 (dezoito) meses, quando se tratar de imóvel construído a ser adaptado ou a construir, respectivamente, a contar da assinatura do Termo de Compromisso.

5.5. O imóvel deverá estar concluído em condições de operação e adequado aos padrões exigidos neste instrumento e seus anexos no momento da entrega das chaves.

5.6. A proposta deverá estar assinada pelo proponente ou seu representante legal, desde que comprove poderes para tal.

5.7. No caso em que a imobiliária esteja representando o proponente ou o proprietário do imóvel, deverá ser encaminhado, além da documentação do proprietário e da imobiliária, cópia da procuração ou do contrato de administração do imóvel.

5.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta de preço acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste Instrumento Convocatório.

5.9. A proposta deverá ter validade de no mínimo 90 (noventa) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrado o prazo para apresentação/envio das propostas, a Comissão designada verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação neste ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

6.1.1. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do proponente a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#))

b) O proponente será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#))

6.1.4. Constatada a existência de sanção, o proponente será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.2. A SR/PF/RO se reserva o direito de visitar os imóveis/terrenos ofertados ou solicitar informações complementares e, para tanto, os proponentes deverão fazer constar da proposta os telefones, e-mails e nomes das pessoas para contato e em condições de fornecer os elementos solicitados.

6.3. Após atendimento das exigências do Chamamento, as propostas apresentadas até a data limite constante deste, serão submetidas a comissão de avaliação e julgamento para verificação da(s) proposta(s) de locação, mediante avaliação técnica para, dentre outros, verificação do valor de mercado do imóvel ofertado, observados os critérios técnicos e atendimento ao previsto no Anexo I, habilitações jurídica e técnica.

6.4. O custo da locação não poderá exceder ao mês, 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel, determinado por meio de Laudo Técnico de Avaliação de Imóvel, emitido pela equipe de engenharia do Setor Técnico Científico da Polícia Federal (SETEC/SR/PF/RO), utilizando-se norma brasileira vigente (NBR 14.653/2019).

6.4.1. Caso o valor proposto da locação seja superior a 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO, a Comissão de contratação designada procederá a negociação de condições mais vantajosas, instando o proponente a apresentar proposta com preço compatível ao estimado pela Administração, observado o valor máximo apresentado pelo Laudo de avaliação.

6.5. Após negociação, estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.6. Será desclassificada a proposta que, mesmo após a tentativa de negociação, permanecer acima do preço máximo definido para a contratação e/ou superior a 1% (um por cento) do valor de mercado do imóvel apresentado na avaliação do SETEC/SR/PF/RO.

6.7. A negociação, conforme o caso, será feita com todos os proponentes, a fim de aferir as propostas válidas.

6.8. Em qualquer caso, concluída(s) a(s) negociação(ões), o resultado será registrado em ata, devendo esta ser anexada aos autos do processo a que se vincula.

6.9. O resultado, convalidado pela ordenadora de despesas/autoridade competente, será publicado no Diário Oficial da União, com indicação das propostas que atenderam os requisitos do Edital, bem como divulgado no portal da PF em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2023/rondonia> - Chamamento Público e encaminhada cópia do DOU aos participantes.

6.10. Após a publicação do resultado, os interessados poderão apresentar recurso em até **03 dias úteis**, devendo manifestar-se através do endereço eletrônico cpl.sellog.srro@pf.gov.br.

6.11. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos neste e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do proponente de realizar o objeto da contratação pretendida, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Caso atendidas as condições de participação, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#))

7.3. É de responsabilidade do proponente conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#))

7.4. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados para o endereço eletrônico cpl.sellog.srro@pf.gov.br juntamente com a proposta e, quando desatualizados, no **prazo de 2 (dois) dias**, contado da solicitação, prorrogável por igual período, a critério da Comissão.

7.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o proponente será convocado a encaminhá-los, em formato digital, para o e-mail cpl.sellog.srro@pf.gov.br, após solicitação da Comissão, no prazo por ela indicado, sob pena de inabilitação.

7.6. Os proponentes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, ressalvadas as comprovações constantes do SICAF.

7.7. **Habilitação jurídica:**

7.7.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.7.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.7.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

7.7.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.7.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#).

7.7.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.8. Documentação do imóvel:

7.8.1. Comprovação da titularidade do imóvel ou demonstrar por compromisso assinado pelo proprietário do imóvel que a titularidade do imóvel passará para o proponente interessado/locador, até a data de assinatura do termo de compromisso com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia.

7.9. Habilitação Técnica:

7.9.1 Declaração de que o proponente tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do presente;

7.9.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9.2. Declaração com indicação da empresa que prestará os serviços de construção e/ou adaptação do imóvel, quando esta não for o locador.

Comprovações da empresa que executará os serviços de elaboração de projetos, adaptação/construção do imóvel:

7.9.3. Registro ou inscrição da empresa que executará os serviços no Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade;

7.9.3.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os casos omissos porventura existentes serão resolvidos em conformidade com a legislação vigente, pela Comissão designada.

8.2. As obrigações decorrentes serão formalizadas por Termo de Compromisso e, oportunamente, mediante Contrato, conforme anexos deste edital.

8.3. Serão de responsabilidade do locador as despesas de impostos, inclusive o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, taxas relacionadas ao imóvel, seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros, manutenção predial, exigências de adequações previstas nesta convocação e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o contrato.

8.4. Todas as referências de tempo no Edital e durante a sessão virtual, observarão o horário de Brasília - DF.

8.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do presente procedimento.

8.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SR/PF/RO.

8.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

8.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

8.9. Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária em Rondônia, para dirimir quaisquer

controvérsias resultantes deste Edital.

8.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da PF em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2023/rondonia>, e poderão ser solicitados para o endereço eletrônico cpl.selog.srro@pf.gov.br.

8.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.11.1. Anexo I – Termo de Referência (31090908);

8.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar (ETP) (29590756);

8.11.1.2. Anexo I.1 – Programa Arquitetônico (29983871);

8.11.1.3. Anexo I.2 – Caderno de Características Técnicas Mínimas (29953845);

8.11.1.4. Anexo I.3 – Caderno de Padronização da Polícia Federal (29953862);

8.11.1.5. Anexo I.4 – Manual de Comunicação Visual da Polícia Federal (29953878);

8.11.2. Anexo II – Minuta do Termo de Compromisso (31184012);

8.11.3. Anexo III – Minuta de Contrato (31184012);

8.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta e Declarações (31184012).

Porto Velho, na data da assinatura eletrônica.

LARISSA MAGALHÃES NASCIMENTO
Superintendente Regional
(assinatura eletrônica)

Av. Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional - CEP 76.802-449 - Porto Velho/RO - Telefone: (69) 3216-6205



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MAGALHAES NASCIMENTO**, **Superintendente Regional**, em 29/08/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31170348&crc=230711F2](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31170348&crc=230711F2).

Código verificador: **31170348** e Código CRC: **230711F2**.